

QUEM FAZ O SUAS
ACONTECER

GESTÃO TERRITORIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **LIMITES E POSSIBILIDADES**

Por Amanda Aparecida Costa
Ana Maria Pereira De Brito
Celina Mara Araújo Maranhão
Elaine Contão Yamane
Ricardo Kaiserlian De Figueiredo
Silmara Aparecida Alves Souza Da Silva

UM SERVIÇO PARA **TODOS**

Esta pesquisa tem como proposta, a partir da perspectiva da Política Nacional de Assistência Social, abordar e dialogar sobre a gestão territorial no SUAS - Sistema Único de Assistência Social no que concerne aos desafios e possibilidades da articulação territorial em diferentes categorias de ação. Com o objetivo de buscar elementos empíricos para a análise e para qualificar as reflexões teóricas, optamos por elaborar um questionário por meio de formulário on-line para ser respondido por profissionais que atuam na gestão de serviços da Proteção Social Básica.

A partir dos dados da pesquisa, identificamos que os desafios apresentados pelos participantes são consequências da não priorização da gestão territorial nas atividades de atuação do CRAS's – Centros de Referência de Assistência Social. Inicialmente o artigo discute as categorias de território, redes e gestão territorial no SUAS. Em seguida apresenta a metodologia da pesquisa de campo realizada por meio de formulário on-line e análise dos dados coletados. A conclusão pontua algumas propostas para efetivar a promoção da gestão territorial no SUAS, à luz das respostas coletadas. O objetivo deste trabalho é contribuir para que a Gestão Territorial seja compreendida como essencial para a consolidação e para o fortalecimento do SUAS, e para a promoção dos direitos sociais.

COMPREENDENDO O SIGNIFICADO DE **TERRITÓRIO**

A categoria território é alvo de discussão pelos estudiosos da área da geografia, área da ciência que estuda o espaço geográfico e a relação entre a sociedade e o meio. Na década de 90, o geógrafo Milton Santos apresentou um novo entendimento sobre a temática: "É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social" (SANTOS, 2005, p. 255). O autor define o "território usado" como espaço humano, isto é, espaço habitado que pressupõe objetos e ações.

[...] o território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. (SANTOS, 2000, p. 22).

As territorialidades manifestam as relações, interações e intervenções dos sujeitos sociais no seu "pedaço de chão", podem se apresentar de forma diversa e contraditória, traduzida através da apropriação daquele espaço (ARREGUI; KOGA; DINIZ, 2018).

A forma de atuação e estruturação das políticas sociais no Brasil segmentam a realidade social, marcadas pela seleção de públicos-alvo (KOGA, 2013). Essa forma de atendimento gera o desmembramento das famílias e populações pelas políticas sociais, o que implica estar cada vez mais distantes da efetivação da cidadania e da proteção social integral. É indispensável compreender os contextos e as condições objetivas dos territórios para ultrapassar o reducionismo do olhar individual ou familiar na promoção das políticas sociais (KOGA, 2013).

Um dos documentos regentes da PNAS traz em seu escopo a necessidade de agregar ao conhecimento da realidade a dinâmica demográfica associada à dinâmica socioterritorial em curso (PNAS, 2005). Ou seja, a própria Política Nacional de Assistência Social entende que para a efetivação dessa política pública é necessário o conhecimento do território que está em movimento. Ele não é estático, ele é dinâmico, ele transforma e pode ser transformado.



CONCEITOS DE REDES

Entende-se por rede uma teia de sentidos em variadas direções. Poderia relacionar a rede como a articulação de ações, que de forma isolada e fragmentada se mantém enfraquecida e inoperante. Porém, a rede passa a ter um sentido próprio quando configurada ao conjunto de ações integradas e continuadas.

REDE INTERSETORIAL

A intersectorialidade continua sendo um desafio e caberá a gestão descentralizada, de caráter público, gerir ações intersectoriais na efetivação das políticas públicas e da promoção dos direitos sociais.

Materializa-se mediante a criação de espaços de comunicação, de compreensão sobre o território, escuta, comprometimento e ações concretas que visem a melhoria da qualidade de vida da população. Sposati (2009, p. 45) destaca que “deve ser, então, construída uma relação de complementariedade entre as políticas”.

REDE SOCIOASSISTENCIAL

A rede socioassistencial está tecida no âmbito da proteção social básica e da proteção social especial no SUAS – Sistema Único de Assistência Social, sendo concretizada pela implantação de unidade pública estatal descentralizada (CRAS e CREAS) em parceria com as Organizações da Sociedade Civil presentes nos territórios.

Essa efetivação requer um processo contínuo de trocas/formação dos atores envolvidos, sendo necessário evidenciar protagonistas no decorrer de todo o processo a ser construído.

REDE POPULAR

A rede popular cria relações entre pontos mediante ligações entre eles que formam malhas de maior ou menor densidade. No ponto de ligação acontecem as trocas, comunicam pensamentos, experiências e recursos, aproximam suas realidades locais e distantes.

Com ações contínuas de articulação territorial com a rede popular, socioassistencial e intersectorial é possível integrar os diferentes atores na identificação de estratégias sincronizadas na gestão territorial. Para isso é importante analisar as vulnerabilidades sociais existentes, os fenômenos contextuais e compreender a especificidade do público local.

GESTÃO TERRITORIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A gestão do território deverá ser realizada pelo coordenador de CRAS juntamente com a equipe técnica, e prevê a atuação preventiva a partir da oferta do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, e a Gestão Territorial da Rede Socioassistencial.

A PNAS prevê a Vigilância Social: “refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida”. (BRASIL, 2005, p. 39-40).

Nesta perspectiva, a Assistência Social passa a ser pensada e definida a partir de um território com suas hierarquias, relações, redes, proteções e desproteções.





ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Um dos principais aspectos positivos da gestão territorial, está no “entendimento das redes sobre os serviços do CRAS e das OSCs” presentes nesse território, que possibilitam uma intervenção pautada na descentralização e participação social na construção e execução do SUAS. Além disso, da importância da “construção coletiva com os atores das redes socioassistencial, intersetorial e popular”.

Quanto às dificuldades para implementação da gestão territorial, 76% das respostas apresentam a “sobrecarga de trabalho da equipe técnica e a redução de equipes nos serviços”. Identificamos a necessidade de superarmos a lógica da resolução dos problemas e nos situarmos numa perspectiva preventiva e empoderadora ao colocar no centro de nossa atenção a mudança na qualidade dos relacionamentos sociais.

A grande maioria dos profissionais sentem-se de forma “quase, pouco ou eventualmente” preparados com o que desempenham na gestão territorial no SUAS, sinalizando a necessidade de capacitação e treinamentos com a supervisão técnica.

Estes elementos nos permitem concluir que já existe por parte dos profissionais que responderam esta pesquisa uma ideia, referência e até iniciativas que contemplam o trabalho de gestão territorial no SUAS, apesar de reconhecerem a importância da educação permanente em relação ao tema. O que falta é a maior efetividade deste trabalho pela Gestão da Assistência Social dos municípios, dando maior suporte técnico, físico e estrutural, para viabilizar a consolidação do SUAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretende mostrar em todo esse percurso é que a análise dos dados demonstrou que o tema da Gestão Territorial no SUAS é relevante e urgente. Com isto, pode-se identificar alguns dos desafios enfrentados pelos Coordenadores para a execução da gestão territorial. Observou-se que as equipes estão sendo engolidas pelas burocracias cotidianas e sobrecargas de trabalho, e demandas de outras políticas que atravessam a rotina de trabalho. Como no caso do excesso de entregas de cestas básicas, na contramão da execução do PAIF.

Vale ressaltar que ao Coordenador de CRAS compete desencadear a Gestão Territorial com apoio da equipe técnica. Na realidade muitos deles aprendem no dia a dia como realizá-la, tendo pouco ou nenhum aparato técnico de formação e supervisão para essa tarefa tão importante e indispensável. Apesar da prerrogativa do SUAS, os profissionais não se sentem preparados para atuar na gestão territorial com efetividade. Neste contexto, avaliamos que é de extrema importância que os municípios avancem na implementação integral da Vigilância Socioassistencial, construindo protocolos e fluxos, formalizando e desenvolvendo a gestão territorial como estratégia de intervenção para garantia da autonomia e protagonismo.

Ao se observar as respostas obtidas na pesquisa, percebe-se que falta maior comprometimento por parte da Gestão da Assistência Social dos municípios, para qualificar a oferta, dando maior suporte técnico, físico e estrutural para a efetividade do trabalho. Concluímos que apenas estar no território, não garante ao CRAS as condições para que a população seja alcançada na sua integralidade pela Política Municipal de Assistência Social.

*As referências bibliográficas podem ser lidas no trabalho completo.